

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPÚBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 3564/2018-PGJ, DE 19.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 5º e 7º, inciso XXVI, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público, e considerando o artigo 24 da Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5.7.2017,

R E S O L V E :

Agregar ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa para, sem prejuízo de suas atribuições, compor o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3759/2018-PGJ, DE 6.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes 12 (doze) dias de férias compensatórias, sendo 10 (dez) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1988 e 2 (dois) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1989, a serem usufruídos no período de 19 a 30.11.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013, e tornar sem efeito as Portarias nºs 2804/2018-PGJ, de 15.8.2018, e 3340/2018-PGJ, de 2.10.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3780/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2204/2018-PGJ, de 28.6.2018, publicada no DOMP nº 1764, de 29.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão da Procuradoria-Geral de Justiça, integrada pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça, referente ao 2º semestre de 2018, de forma que:

- na parte onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
26.11 (18h01min) a 3.12.2018 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
10 (18h01min) a 17.12.2018 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes	98478-2353

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
26.11 (18h01min) a 3.12.2018 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes	92478-2353
10 (18h01min) a 17.12.2018 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3790/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3791/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3793/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Sergio Luiz Morelli e Edgar Roberto Lemos de Miranda, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenador das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, até 31 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3794/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Sara Francisco Silva e Rodrigo Jacobina Stephanini, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais, até 31 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3795/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar as Procuradoras de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, na qualidade de titular e substituta, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadora das Procuradorias de Justiça Cíveis, até 31 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3796/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Belmires Soles Ribeiro e Mauri Valentim Riciotti, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenador das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até 31 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3797/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Gilberto Robalinho da Silva e Alexandre Lima Raslan, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenador das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até 31 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3744/2018-PGJ, DE 6.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 3596/2018-PGJ, de 24.10.2018, que designou Promotores de Justiça para participarem do Mutirão do Júri para julgamento de processos na 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, o seguinte Promotor de Justiça:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
Maurício Mecelis Cabral	0043340-59.2015.8.12.0001	19.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3774/2018-PGJ, DE 7.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça da comarca de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Dois Irmãos do Buriti, no julgamento do Processo nº 0000422-49.2013.8.12.0053, no dia 9.11.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3775/2018-PGJ, DE 7.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Allan Carlos Cobacho do Prado	2017/2018	30	18.11 a 17.12.2018
Marjorie de Oliveira Zanchetta de Azambuja	2017/2018	30	1º a 30.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3745/2018-PGJ, DE 6.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça aposentado Sebastião de Freitas Pombeiro a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, MSPREV, até 1º.6.2023, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e inciso V do artigo 20 da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/3197/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 3731/2018-PGJ, DE 5.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR (A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Ana Carolina Ramos Borges	2º	1º.10.2018
Ana Laura Gil Fonseca	1º	4.11.2018
Anderson Teodoro	1º	4.11.2018
Carlos Cesar de Araujo Junior	1º	4.11.2018
Carlos Edoardo Novoa Borges de Barros Reis	1º	4.11.2018
Claudete Ferreira Rodrigues de Sá	1º	4.11.2018
Cristiane Conceição Rocha	2º	23.11.2018
Cristiane da Silva Sena	1º	4.11.2018
Cristiano Lopes Baes	1º	4.11.2018
Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira	1º	4.11.2018
Diego Vinícius Queiroz Silva	1º	4.11.2018
Fabiano Alves Davy	2º	2.10.2018
Felipe Augusto da Cruz	1º	4.11.2018
Fernanda Tabarin Vieira Okamoto	1º	4.11.2018
Fernando da Costa Rocha	1º	4.11.2018
Francisco Vilar Bermal Júnior	1º	4.11.2018
Giselle Machado Costa Fasolo	1º	4.11.2018
Gláuce Jardim Bezerra	1º	4.11.2018
Glauce Ruas Lagoas da Silva	1º	4.11.2018
Guilherme de Souza Bonifácio	1º	4.11.2018
Guilherme Ken It de Campos Kikuchi	1º	4.11.2018
Ivan Arruda Santos	1º	4.11.2018
Jackeline Nunes Lechuga	1º	4.11.2018
Janaina Bárbara dos Santos Oliveira	1º	4.11.2018
Jean Hebert Moraes	1º	4.11.2018
Jimmy Bruno dos Santos Silva Rodrigues	1º	4.11.2018
João Augusto Grecco Pelloso	1º	4.11.2018
Jonathan Bruno dos Santos Silva	1º	4.11.2018
José Giovani da Silva Júnior	1º	4.11.2018
José Ricardo Barbosa Mendes	1º	4.11.2018
Karla Christine Nogueira Farias	2º	3.11.2018
Kenia Braz Alcantara	1º	4.11.2018
Leandro Lima dos Santos	1º	4.11.2018
Lenice Mie Joboji	1º	4.11.2018
Leonardo Bertaglia Agostinho	1º	4.11.2018
Luciana Zucarelli Rezende	1º	4.11.2018
Manoel Rodrigues dos Santos Neto	1º	4.11.2018
Marcelo Maruyama	1º	4.11.2018
Marcos Roberto Alves de Carvalho	1º	4.11.2018
Maria Aparecida de Oliveira Santana França	1º	4.11.2018
Megaron Molossi	1º	4.11.2018

Milton Estevão Corrêa	4º	20.10.2018
Natalia Arima Xavier Castro	1º	4.11.2018
Philippe Vieira Nunes	1º	4.11.2018
Poliana Carolina Marquesini	1º	4.11.2018
Rafael de Araújo Dantas	1º	4.11.2018
Rafael Massulo Bento	1º	4.11.2018
Ramão Perpeto Barros Ajala	1º	4.11.2018
Rebeca Izepi Silva Monteiro	1º	4.11.2018
Renato Teiji Yamamoto	1º	4.11.2018
Rita de Cassia Figueiredo de Mello	5º	31.8.2018
Roberson Rosalin de Freitas	1º	4.11.2018
Rodrigo Peixoto Santos	1º	4.11.2018
Rubia Mara Mayume Suetake	1º	4.11.2018
Silmara Diniz Paulino da Rocha	1º	4.11.2018
Silvia Helena Schiavi de Carvalho	1º	4.11.2018
Thiago de Souza da Silva	1º	4.11.2018
Valter Vieira Segundo	1º	4.11.2018
Vanusa Weber	1º	4.11.2018
Vítor Avila Barsotti	1º	4.11.2018
Wanderley Ferreira da Silva	1º	4.11.2018
Wanessa da Conceição Teixeira	1º	4.11.2018
Werner Vinicius da Silva Bezerra	1º	4.11.2018
Weskley Moreira	1º	4.11.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3734/2018-PGJ, DE 5.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22 a 25.10.2018, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3735/2018-PGJ, DE 5.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Albert Einstein Lino de Araújo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias de 24 e 25.10.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3736/2018-PGJ, DE 5.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Adriana Lima Gonçalves Cherais, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 30.10 a 6.11.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3738/2018-PGJ, DE 5.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 1º.11.2018, em prorrogação, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3747/2018-PGJ, DE 6.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio Larrea Barcelos	2015/2016	19 a 28.3.2018	19 a 28.11.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Cesar de Araujo Junior	2016/2017	5 a 14.11.2018	7 a 16.1.2019	9 a 18.4.2019	
Diogo Banzer da Motta	2017/2018	16.11 a 5.12.2018			6 a 15.11.2018
Renato Boggi Rodrigues	2017/2018	21 a 30.5.2018	19 a 28.11.2018		21 a 30.3.2018

PORTARIA Nº 1280/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Andrés Caram Guimarães	2016/2017	9 a 18.5.2018	28.8 a 6.9.2018	5 a 14.11.2018	

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Silas Eduardo Furini	2014/2015	20.9 a 9.10.2018			7 a 16.1.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio Larrea Barcelos	2015/2016	19 a 28.3.2018	15 a 24.7.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Cesar de Araujo Junior	2016/2017	7 a 16.1.2019	22 a 31.7.2019	14 a 23.10.2019	
Diogo Banzer da Motta	2017/2018	19 a 28.11.2018	18 a 27.3.2019		6 a 15.11.2018
Renato Boggi Rodrigues	2017/2018	21 a 30.5.2018	3 a 12.12.2018		21 a 30.3.2018

PORTARIA Nº 1280/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Andrés Caram Guimarães	2016/2017	9 a 18.5.2018	28.8 a 6.9.2018	22.4 a 1º.5.2019	

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Silas Eduardo Furini	2014/2015	20.9 a 9.10.2018			4 a 13.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3785/2018-PGJ, DE 8.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes ao servidor Valter Vieira Segundo, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas no período de 7 a 11.1.2019, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002226-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001687-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001600-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001171-2.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002259-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002522-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002526-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003016-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002529-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002575-0.

3. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001119-2.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001232-2.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002477-0.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.2.1. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002361-9.

6.2.2. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002263-1.

6.2.3. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000605-6.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002141-0.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre as seguintes designações:**

- **Portaria nº 3549/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2256/2016-PGJ, de 26.7.2016.
- **Portaria nº 3550/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1474/2016-PGJ, de 19.5.2016.
- **Portaria nº 3551/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.
- **Portaria nº 3552/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1396/2016-PGJ, de 13.5.2016.
- **Portaria nº 3553/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1253/2012-PGJ, de 20.8.2012.
- **Portaria nº 3554/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.
- **Portaria nº 3556/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 431/2014-PGJ, de 14.3.2014.
- **Portaria nº 3557/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Luis Alberto Safraider e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.
- **Portaria nº 3558/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.
- **Portaria nº 3559/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1308/2017-PGJ, de 20.4.2017.
- **Portaria nº 3561/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes delegando-lhe competência para officiar nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, na área militar, perante o Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1421/2016-PGJ, de 16.5.2016.
- **Portaria nº 3562/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf e indicá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público Estadual na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Mato Grosso do Sul, CEJAI/MS, para o biênio 2018/2020, nos termos dos artigos 2º, alínea “d”, e 4º, ambos da Portaria nº 126.661.082.0002/2015, de 29.1.2015, da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, TJMS, e do artigo 4º, inciso IV,

da Resolução nº 119, de 25.3.2015, da Presidência do TJMS; e revogar a Portaria nº 564/2017-PGJ, de 20.2.2017, na parte que designou o Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi.

- **Portaria nº 3563/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda para, sem prejuízo de suas atribuições, coordenar a Gestão dos Estagiários de Direito, nível de graduação e de pós-graduação, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4247/2017-PGJ, de 7.12.2017.

- **Portaria nº 3565/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, fomentar e disseminar o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e Violência Escolar – ProCEVE – no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **Portaria nº 3662/2018-PGJ, de 30.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. Processo com pedido de vista:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00005093-8

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Recorrente: Rodrigo Martins Alcântara, Sociedade Brasileira de Dermatologia da Regional de Mato Grosso do Sul

Recorrida: Ana Carolina Barros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela farmacêutica Ana

Carolina Barros em aplicar toxina botulínica, a qual só pode ser realizada por

médicos e odontólogos, estes em caso eminentemente relacionado com a odontologia (interior da boca), sem cunho estético facial.

Retirado de pauta na reunião do dia 18.09.2018 a pedido da Relatora.

Relatora: Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

Voto-vista: Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

Julgamento adiado, na reunião do dia 25.9.2018, em face do pedido de vista da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, após a Relatora votar pelo não provimento do Recurso. Os demais Conselheiros aguardam.

7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos

7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001285-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Cabeceira do Apa

Assunto: Apurar a existência de irregularidades jurídico-ambientais na Fazenda Cabeceira do Apa, de propriedade de Celso Zachert, localizada no município de Ponta Porã-MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001294-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Fortuna

Assunto: Apurar a existência de irregularidades jurídico-ambientais na Fazenda Fortuna, de propriedade de Kaliln Mohamed Hazime Junior, Tathyane Garcia Boeira Hazime, Kamil Kalil Hazime, localizada no município de Ponta Porã-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000538-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de depósito clandestino de reciclagem de baterias, localizado na Alameda Sagrado Coração de Jesus, atrás do Posto Divisa, na Vila Santana, o qual estaria infringindo as normas de postura ambientais e a incolumidade pública no município de Ponta Porã-MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001111-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de risco sanitário advindo da inadequação e precariedade da guarda de veículos apreendidos no pátio do 2º Distrito Policial de Ponta Porã/MS.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001837-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerentes: Ministério Público Estadual e José Roberto da Costa

Requerido: José Arnaldo Ferreira de Melo – Prefeito Municipal de Inocência/MS

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo na nomeação de diversos agentes públicos municipais.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000223-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Assentamento Indaiá

Assunto: Apurar falta de curvas de nível em determinados lotes do Assentamento Indaiá, na zona rural de Itaquiraí/MS.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002596-1

25ª Promotoria da Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica Pinheiro

Assunto: Promover a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial denominado Ótica Pinheiro.

7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 12/2003 - Anexo 25

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogerio Valsani Sobrinho

Assunto: Apurar atual inexistência de mata ciliar e/ou averbação da reserva legal nas propriedades localizadas às margens do rio Formoso, bem assim pela realização de atividade em áreas de preservação permanente em desacordo com a legislação ambiental e eventuais danos ambientais ocorridos nas referidas propriedades.

2. Inquérito Civil nº 43/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Severino Stamborouski e outros

Assunto: Apurar eventual conservação de solo, inexistência/irregularidades de licença, reserva legal a recompor, degradação de área em APP.

3. Inquérito Civil nº 9/2008

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Abastecedora Nova Alvorada Ltda. (posto Jumbo), Ismael Batista e Cia Ltda. (posto Gauchão), J. D. da Silva e Cia Ltda. (auto Posto Caminhoneiro)

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta assinado entre os requeridos e esta Promotoria de Justiça.

7.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000048-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual tráfico de influência e ato de improbidade administrativa praticados pelo Prefeito Municipal e Vereadores deste Município, no que se refere a favorecimentos e compras de voto para eleger o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Márcio Teles.

2. Inquérito Civil nº 7/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requeridas: Construtora Macopel Ltda., MC Construções e Serviços Ltda.-EPP e Lopes & Cordeiro Ltda. - EPP

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública praticado pelas empresas Lopes & Cordeiro Ltda. EPP, Construtora Macopel Ltda. e MC - Construções e Serviços Ltda. EPP e por servidores e/ou agentes políticos a apurar, consistente na suposta prática de fraude em procedimentos licitatórios nos anos de 2013 a 2015 com o intuito de favorecer as respectivas empresas nos certames cujos objetos são obras e serviços de engenharia na cidade de Rio Brilhante/MS.

7.2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001344-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos Cabral Francisco

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade do senhor José Carlos Cabral Francisco, em Bela Vista-MS, em razão da extração ilegal de madeira, sendo 19 (dezenove) árvores de essência aroeira derrubadas.

7.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001133-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa do Secretário Municipal de Saúde de Bandeirantes/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001766-8 - SIGILOSO

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000267-9

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar falta de estrutura de UBSF Aero Itália.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000363-7

1ª Promotoria da Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar infringência às normas de postura municipal e sanitárias relativas à limpeza de empreendimento comercial, tipo borracharia, especialmente como meio preventivo à proliferação das doenças causadas pelo vetor *Aedes*

Aegypti, considerando o que foi determinado por meio do Decreto Municipal n. 7.252, de 11/01/2016, bem como investigar a observância de sistema de logística reversa conforme previsto no inciso III do artigo 33 da Lei 12.305/2010.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001132-3

25ª Promotoria da Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Uara Laissa Alem da Silva

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento Terra do Nunca Bar, antigo “Uzina Casa de Shows”, no que diz respeito a falta das devidas certificações dos órgãos competentes.

7.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000484-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Itaquiraí

Assunto: Apurar a notícia de eventual lesão ao erário público, tendo em vista a existência de possíveis irregularidades nas avaliações de imóveis realizadas pelo setor de arrecadação do Município de Itaquiraí.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001119-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Superintendência do IBAMA no Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Apurar eventual supressão de 35,81 hectares de vegetação nativa, Bioma Mata Atlântica, ocorrida na Fazenda Santa Rita, neste Município.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001817-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de possível degradação em área de vegetação próxima à cachoeira Macaúba, localizada no município de Alcinópolis.

4. Inquérito Civil nº 158/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilo Garces da Costa

Assunto: Apurar eventual inexistência/irregularidades de licença, conservação de solo, reserva legal a recompor, degradação de área em APP, edificações em APP.

5. Inquérito Civil nº 50/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura de Três Lagoas quanto à responsabilização da empresa que edificou o novíssimo Ginásio Poliesportivo Professor Eduardo Milanez a cifras milionárias, obra que foi afetada e causou danos à população em razão de uma intempérie consistente em chuva com vento que, segundo informou a própria municipalidade, não passou de 86 km/h.

7.2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 7/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Bonanza 2

Assunto: Apurar a instalação e operação do empreendimento Auto Posto Bonanza 2, a fim de fiscalizar se o aludido estabelecimento está instalado e operando sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

2. Inquérito Civil nº 3/2015

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas/MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades consistentes na omissão do município de Sete Quedas no que tange ao transporte escolar de criança na área rural.

3. Inquérito Civil nº 10/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Francisco

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental na área de preservação permanente da fazenda São Francisco localizada neste Município.

4. Inquérito Civil nº 7/2017

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual negativa de acesso a atendimento médico a Iliuska Jaffer Jorge de Oliveira no Hospital João Darci Bigaton em 08/02/2017.

7.2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 18/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Aquidauana/MS, Moacir Pereira de Melo, Paulo Cesar Rodrigues dos Reis, Waldemar dos Reis, Wilson Vicente Ferreira

Assunto: Apurar suposta irregularidade no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Aquidauana a alguns vereadores do Município.

2. Inquérito Civil nº 34/2014

5ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Buscar soluções para o não encerramento das atividades do Estabelecimento Prisional Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Albergado de Ponta Porã, visando precipuamente que as internas continuem cumprindo as penas em estabelecimento prisional. Buscar soluções quanto à estrutura inadequada do prédio que hoje abriga as internas no que diz respeito à falta de segurança do prédio, condições mínimas de higiene nos banheiros e cozinha, ausência de enfermaria, e de local para trabalho, visando assegurar que o estabelecimento prisional em questão atenda às condições mínimas e necessárias para que as internas cumpram suas penas privativas de liberdade de forma digna.

3. Inquérito Civil nº 9/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aristeu Alceu Carbonaro, fazenda Rio Formoso

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 1,5458 hectares sem a devida autorização ambiental do órgão competente, na propriedade denominada fazenda Rio Formoso.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 25/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1ªPJ Campo Grande
2ªPJ Campo Grande
3ªPJ Campo Grande
4ªPJ Campo Grande
5ªPJ Campo Grande
6ªPJ Campo Grande
7ªPJ Campo Grande
8ªPJ Campo Grande
9ªPJ Campo Grande
35ªPJ Campo Grande
45ªPJ Campo Grande
75ªPJ Campo Grande

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 7 de novembro de 2018.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO - SRP**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 48/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/3782/2018).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de papel sintético (capas de processo), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 26 de novembro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação da Pregoeira e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 07/11/2018:

- Pregoeira: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Equipe de Apoio: Lygia Mara Rosa da Silva Moraes e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente da Pregoeira: Hermes Alencar de Lima;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

- Fiscalização da Ata de Registro de Preços: Secretaria de Administração/ /PGJ.

Campo Grande, 8 novembro de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1109/2018****PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário Conselho Tutelar de Naviraí, representado pela Gerente – Maria Telma de Oliveira Minari.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Mesa em “L” ergonômica: 02 unidades

Armário alto: 03 unidades

Data: 03.05.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1109/2018**PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário Sociedade Espírita Allan Kardec - SEAK, representado pelo Presidente – Nelson Antônio Zampieri Júnior.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Refrigerador Consul: 1 unidade

Armário alto: 1 unidade

Data: 03.05.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1109/2018**PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário Associação dos Protetores da Criança e Adolescente de Naviraí - APROCAN, representado pelo Presidente – Paulo Coura.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Mesa em L ergonômica: 1 unidade

Armário alto: 1 unidade

Gaveteiro tipo pedestal: 1 unidade

Suporte para CPU e No-Break: 2 unidades

Cadeira fixa: 1 unidade

Poltrona fixa: 1 unidade

Data: 03.05.2018.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**EDITAL Nº 008/2018/PJ CASSILÂNDIA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Cassilândia, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

● CONVOCA os candidatos abaixo listados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Cassilândia, homologado em 31 de janeiro de 2018, conforme aviso de homologação nº 007/2018, publicado no DOMP nº 1.666 de 1º de fevereiro de 2018, página 43, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

Nome do candidato	Classificação
LUIS FERNANDO FERREIRA FILHO	5º
WILLER BRYAN DE FREITAS BORGES	12º

● INDEFERE a admissão como estagiário dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido Processo Seletivo, por não poderem cumprir o prazo mínimo de estágio, conforme prevê o art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item 6 do Edital nº 001/2017/PJCASSILÂNDIA da Promotoria de Justiça de Cassilândia, de 24.10.2017, publicado no DOMP-MS nº 1613, de 26 de outubro de 2017:

Nome do candidato	Classificação
LEONARDO BARBOSA SILVA	4º
MURILO GONZAGA FERREIRA	6º
TARCÍSIO FREZARIN FREITAS	7º
LUIZ FELIPE MARTINS DA SILVA	8º
VICTÓRIA VIVIAN BARBOSA DE OLIVEIRA	9º
MARIA EDUARDA SOUZA GALLI	10º
JOÃO VICTOR NUNES BERNARDES	11º

Cassilândia-MS, 07 de novembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos; e o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Desembargador Presidente, Divoncir Schreiner Maran

Processo: PGJ/10/2859/2014.

Amparo legal: artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e do artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação por mais 12 (doze) meses, sem ônus para o erário.

Vigência: 13.11.2018 até 12.11.2019.

Data da assinatura: 26.10.2018.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Extrato do Termo de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Conselheiro Presidente, Waldir Neves Barbosa e a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, juntamente com sua autarquia, o INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, ambos representados por seu Secretário de Estado e Diretor Presidente, respectivamente, Jaime Elias Verruck.

Processo nº PGJ/10/3927/2018.

Objeto: Promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, de forma a orientar os municípios quanto a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; Lei Federal nº 12.305/2010; e Lei Federal nº 11.445/2007.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura.

Data da assinatura: 26.09.2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005493 DE 6.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3553/2018.

Credor: FLEX OFFICE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO EIRELI.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Adesão à Ata Registro de Preços nº 0012/2018 oriunda do Pregão Eletrônico nº 0015/2017.

Objeto: Aquisição de mesa peninsular (L=1200x1800mm, P=600x850mm, A=740mm),

com as seguintes características mínimas: tampo com formato angular ergonômico, inteiriço, com a distância diagonal entre o canto onde se forma o vértice central externo até o raio perpendicular a curvatura interna medindo aproximadamente 1090 mm. O modelo de corte interno é um chanfro reto com os cantos arredondados com raio de 150 mm, tangenciando as laterais do tampo, cuja profundidade é exatos 600 mm. Confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade Medium Density Particleboard (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo- prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 – Terminologia, NBR 14810-2 – Requisitos e NBR 14810-3 – Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT. O acesso do cabeamento ao tampo é feito por meio de dois passa-cabos ovalados em PVC rígido, com diâmetro interno mínimo de 80 mm, com tampa removível, e abertura para passagem de cabos. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo. Painéis frontais: estrutural e de privacidade, confeccionados com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 – Terminologia, NBR 14810-2 – Requisitos e NBR 14810-3 – Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais metálicas constituídas por chapas metálicas conformadas, cuja composição se divide em pata, coluna e suporte do tampo. Pata fabricada em chapa de aço com espessura de 1,5 mm, estampada e repuxada, medindo 60 x 520 x 70 mm, com furos superiores para conexão com a coluna. Coluna dupla, fabricada em chapa de aço com espessura de 0,9 mm, dobrada em forma de meia cana; unidas pelo processo de solda MIG por chapas de formato ovalado com espessura mínima de 3 mm, sendo estas chapas dispostas em ambas as extremidades da coluna, na posição horizontal, proporcionando desta forma uma interligação perfeita (entre pata-coluna-suporte do tampo) por meio de solda MIG; e uma na posição vertical, proporcionando a fixação de uma possível calha estrutural sob o tampo, por meio de parafusos tipo M6. Paralela à coluna, é acoplada uma calha de saque lateral, cuja função é proporcionar a subida de cabos do piso ao tampo de forma discreta e funcional. Suporte do tampo fabricado em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm, estampada e repuxada, fixada a coluna por meio de solda MIG. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem – decapagem – fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° C. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 63 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Estrutura de sustentação central: formada por chapas metálicas dobradas em formato pentagonal, com sua quina frontal arredondada, fundindo desta forma duas arestas do pentágono em uma única face redonda, conferindo a estrutura beleza e robustez; tendo uma calha interna passagem para cabeamento, com tampa removível, e com 05 furos para acoplamento de tomadas de elétrica, telefonia e dados. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem – decapagem – fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° C. Acabamento com sapatas em PVC rígido, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso, (item 3 – grupo 1); Mesa em “L” (L=1400x1400mm, P=600mm, A=740mm), com as seguintes características mínimas: tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade Medium Density Particleboard (MDP), selecionadas de eucalypto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces por filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas devem possuir densidade média de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno de 2,5 mm de espessura, coladas com adesivo hot melt,

com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT. A fixação do tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados em buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, e cravadas no tampo, possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo. O acesso do cabeamento ao tampo deverá dar-se por meio de três orifícios redondos de diâmetro 60 mm, acabados com passa cabos de PVC rígido, com tampa removível, e abertura para passagem de cabos. Painéis frontais estruturais e de privacidade confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais confeccionadas com tubos e chapas metálicas, sendo a base superior de fixação ao Tampo, em tubo de aço medindo: 30 x 20 x 1,2 mm de espessura, a base inferior em chapa de aço repuxada curva, dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, e com espessura mínima de 1,5 mm, a coluna de sustentação composta por dois tubos redondos verticais paralelos, com Ø de 31,75 x 1,2 mm de espessura, e duas chapas com espessura mínima de 0,6 mm fixadas aos tubos, sendo, uma interna lisa e fixa; e a outra externa, com estampo perfurado Ø 8 mm em toda a sua área, e removível, de saque frontal, que possibilita a passagem de cabos por duto vertical interno do solo até o tampo da mesa. Todo o conjunto é submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 220° C. As Estruturas são dotadas de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Estrutura de sustentação central confeccionada com chapas metálicas dobradas em formato sextavado, formando um duto vertical interno que possibilita a passagem da fiação do solo até o tampo da mesa, e uma calha removível, com furação para adaptação de tomadas elétricas, telefonia e dados. Todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° C. As Estruturas é dotada de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso, (item 4 – grupo 1); Mesa retangular (L=1000mm, P=600mm, A=740mm), com as seguintes características mínimas: Tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade Medium Density Particleboard (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas devem possuir densidade média de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT. A fixação do tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo. Painel frontal, estrutural e de privacidade, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais confeccionadas com tubos e chapas metálicas, sendo a base superior de fixação ao Tampo, em tubo de aço medindo: 30 x 20 x 1,2 mm de espessura, a base inferior em chapa de aço repuxada curva, dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, e com espessura mínima de 1,5 mm, a coluna de sustentação é composta por dois tubos redondos verticais paralelos, com Ø de 31,75 x 1,2 mm de espessura, e duas chapas com espessura mínima de 0,6 mm fixadas aos tubos, sendo, uma interna lisa e fixa; e a outra externa, com estampo perfurado Ø 8 mm em toda a sua área, e removível, de saque frontal, que possibilita a passagem de cabos por duto vertical interno do solo até o tampo da mesa. Todo o conjunto é submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 220° C. As Estruturas são dotadas de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso (item 7 – grupo 1); Mesa retangular (L=1200mm, P=600mm, A=740mm), com as seguintes características mínimas: Tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira de

média densidade Medium Density Particleboard (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas devem possuir densidade média de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT. A fixação do tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo. Painel frontal, estrutural e de privacidade, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais confeccionadas com tubos e chapas metálicas, sendo a base superior de fixação ao Tampo, em tubo de aço medindo: 30 x 20 x 1,2 mm de espessura, a base inferior em chapa de aço repuxada curva, dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, e com espessura mínima de 1,5 mm, a coluna de sustentação é composta por dois tubos redondos verticais paralelos, com Ø de 31,75 x 1,2 mm de espessura, e duas chapas com espessura mínima de 0,6 mm fixadas aos tubos, sendo, uma interna lisa e fixa; e a outra externa, com estampo perfurado Ø 8 mm em toda a sua área, e removível, de saque frontal, que possibilita a passagem de cabos por duto vertical interno do solo até o tampo da mesa. Todo o conjunto é submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 220° C. As Estruturas são dotadas de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso, (item 8 – grupo 1); Mesa retangular (L=1400mm, P=600mm, A=740mm), com as seguintes características mínimas: Tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade Medium Density Particleboard (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas devem possuir densidade média de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT. A fixação do tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo. Painel frontal, estrutural e de privacidade, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais confeccionadas com tubos e chapas metálicas, sendo a base superior de fixação ao Tampo, em tubo de aço medindo: 30 x 20 x 1,2 mm de espessura, a base inferior em chapa de aço repuxada curva, dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, e com espessura mínima de 1,5 mm, a coluna de sustentação é composta por dois tubos redondos verticais paralelos, com Ø de 31,75 x 1,2 mm de espessura, e duas chapas com espessura mínima de 0,6 mm fixadas aos tubos, sendo, uma interna lisa e fixa; e a outra externa, com estampo perfurado Ø 8 mm em toda a sua área, e removível, de saque frontal, que possibilita a passagem de cabos por duto vertical interno do solo até o tampo da mesa. Todo o conjunto é submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 220° C. As Estruturas são dotadas de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso, (item 9 – grupo 1); e Mesa de reunião Oval (L=2600mm, P=1100mm, A=740mm), com as seguintes características mínimas: Tampo inteiro, com formato oval, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade Medium Density Particleboard

(MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas devem possuir densidade mínima de 565 Kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kg/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT. A fixação do tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo. Painéis frontais duplos e paralelos, um em cada coluna vertical da estrutura, estrutural e de privacidade, confeccionados com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kg/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação ainel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais metálicas constituídas por chapas metálicas conformadas, cuja composição se divide em pata, coluna e suporte do tampo. Pata fabricada em chapa de aço com espessura de 1,5 mm, estampada e repuxada, medindo 60 x 720 x 70 mm, com furos superiores para conexão com a coluna. Coluna dupla, centralizada na pata, fabricada em chapa de aço com espessura de 0,9 mm, dobrada em forma de meia cana; unidas pelo processo de solda MIG por chapas de formato ovalado com espessura mínima de 3 mm, sendo estas chapas dispostas em ambas as extremidades da coluna, na posição horizontal, proporcionando desta forma uma interligação perfeita (entre pata-coluna –suporte do tampo) por meio de solda MIG; e uma na posição vertical, proporcionando a fixação de uma possível calha estrutural sob o tampo, por meio de parafusos tipo M6. Paralela à coluna, é acoplada uma calha de saque lateral, cuja função é proporcionar a subida de cabos do piso ao tampo de forma discreta e funcional. Suporte do tampo fabricado em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm, estampada e repuxada, fixada a coluna por meio de solda MIG. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° C. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 63 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso, (item 14 – grupo 1).

Valor: R\$ 104.549,00 (cento e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005493 de 6.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

REPUBLICAÇÃO DA DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: GONGO CONSTRUTORA LTDA - EPP

Processo nº PGJ/10/2519/2011

Contrato nº 53/PGJ/2011

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa GONGO CONSTRUTORA LTDA. EPP, representada por Luiza Maura Pereira da Silva, do teor da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 3506-3511, do Processo nº PGJ/10/2519/2011, cujo dispositivo segue: “Assim, com fulcro na Cláusula Oitava, Subitens 8.2 e 8.3, e Décima Primeira, Subitens 11.1 e 11.1.4 do Contrato nº 53/PGJ/2011 e em atenção ao apurado nestes autos, DETERMINO a remessa dos autos à Secretaria de Administração/PGJ para que, em conjunto com o Departamento de Engenharia/PGJ, providencie a intimação da empresa Gongo Construtora Ltda-EPP para que apresente DEFESA PRÉVIA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à intenção desta Administração de proceder a aplicação de multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato (Cláusula Décima Primeira, subitem 11.1.4), em razão do descumprimento da Cláusula Oitava, Subitens 8.2 e 8.3 do Contrato nº 53/PGJ/2011”. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/2519/2011 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/2519/2011 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

REPUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME

Processo nº PGJ/10/3158/2017

Contrato nº 87/PGJ/2017

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 19.127.086/0001-46, com sede na Rua Trinta e Três (S Cruz II), n.º 32, Quadra 78, Santa Cruz II, Cuiabá/MT, CEP 78077-015, representada neste ato por Diego Armando Aragão, do teor da Decisão proferida pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul à f. 115, do Processo nº PGJ/10/3158/2017, cujo dispositivo segue: “Acolhendo integralmente os termos da Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária Geral às fls. 109-114, DETERMINO a aplicação de penalidade à empresa D. A. Aragão Comércio – ME, qual seja, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ante a prática reiterada de inexecução contratual perante esta Administração, no que consiste à obrigação vinculada na Cláusula Quinta, subitem 5.5, do Contrato nº 87/PGJ/2017, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, conforme disposto na Cláusula Décima, subitem 10.2., alínea “e”, do mencionado Contrato e ditames previstos no artigo 87, inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993”. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/3158/2017 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/3158/2017 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

REPUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME

Processo nº PGJ/10/1221/2017

Contrato nº 51/PGJ/2017

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 19.127.086/0001-46, com sede na Rua Trinta e Três (S Cruz II), n.º 32, Quadra 78, Santa Cruz II, Cuiabá/MT, CEP 78077-015, representada neste ato por Diego Armando Aragão, do teor da Decisão proferida pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul à f. 182, do Processo nº PGJ/10/1221/2017, cujo dispositivo segue: “Acolhendo integralmente os termos da Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária Geral às fls. 177-181, DETERMINO a aplicação de penalidade à empresa D. A. Aragão Comércio – ME, qual seja, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ante a prática reiterada de inexecução contratual perante esta Administração, no que consiste à obrigação vinculada na Cláusula Quinta, subitem 5.5, do Contrato nº 51/PGJ/2017, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, conforme disposto na Cláusula Décima, subitem 10.2., alínea “e”, do mencionado Contrato e ditames previstos no artigo 87, inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993”. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/1221/2017 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/1221/2017 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

REPUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME

Processo nº PGJ/10/3187/2017

Contrato nº 88/PGJ/2017

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 19.127.086/0001-46, com sede na Rua Trinta e Três (S Cruz II), n.º 32, Quadra 78, Santa Cruz II, Cuiabá/MT, CEP 78077-015, representada neste ato por Diego Armando Aragão, do teor da Decisão proferida pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul à f. 92, do Processo nº PGJ/10/3187/2017, cujo dispositivo segue: “Acolhendo integralmente os termos da Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária Geral às fls. 87-91, DETERMINO a aplicação de penalidade à empresa D. A. Aragão Comércio – ME, qual seja, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ante a prática reiterada de inexecução contratual perante esta Administração, no que consiste à obrigação vinculada na Cláusula Quinta, subitem 5.5, do Contrato nº 88/PGJ/2017, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, conforme disposto na Cláusula Décima, subitem 10.2., alínea “e”, do mencionado Contrato e ditames previstos no artigo 87, inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993”. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/3187/2017 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/3187/2017 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

REPUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME

Processo nº PGJ/10/2726/2017

Contrato nº 80/PGJ/2017

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 19.127.086/0001-46, com sede na Rua Trinta e Três (S Cruz II), n.º 32, Quadra 78, Santa Cruz II, Cuiabá/MT, CEP 78077-015, representada neste ato por Diego Armando Aragão, do teor da Decisão proferida pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul à f. 182, do Processo nº PGJ/10/2726/2017, cujo dispositivo segue: “Acolhendo integralmente os termos da Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária Geral às fls. 125-130, DETERMINO a aplicação de penalidade à empresa D. A. Aragão Comércio – ME, qual seja, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ante a prática reiterada de inexecução contratual perante esta Administração, no que consiste à obrigação vinculada na Cláusula Quinta, subitem 5.5, do Contrato nº 80/PGJ/2017, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, conforme disposto na Cláusula Décima, subitem 10.2., alínea “e”, do mencionado Contrato e ditames previstos no artigo 87, inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993”. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/2726/2017 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/2726/2017 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/PGJ/2018 PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.793 DE 9 DE AGOSTO DE 2018 (PÁGINA 22) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PGJ/2018 – SRP

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de cadeira para pessoa obesa (em conformidade com ABNT 9050:2015) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<p>Cadeira fixa, espaldar médio, com braços, adequada a pessoas com sobrepeso (conforme ABNT 9050:2015). Dimensões: profundidade do assento mínima de 0,47m e máxima de 0,51m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; largura do assento mínima de 0,75m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto; altura do assento mínima de 0,41m e máxima de 0,45m, medida na sua parte mais alta e frontal; ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal de 2° a 5°; ângulo entre assento e encosto de 100° a 105°; apoios de braços, com altura entre 0,23m e 0,27m em relação ao assento. Assento suportando carga de no mínimo 250 kg. Assento e encosto estruturado anatômico. Contra encosto e contra assento ambos fabricados em polipropileno ou fibra de vidro de alta resistência. Apoia-Braços: estrutura de aço, revestida com espuma resistente de poliuretano ou polipropileno rígido. Estofamento da cadeira composto de espuma anatômica em poliuretano injetado de 60 a 80mm de espessura, indeformável. Revestimento: couro ecológico (cor preta) ou tecido crepe (cor azul royal), sem costura aparente, de alta resistência e acabamento nas extremidades em perfil de PVC rígido ou superior. Estrutura fixa metálica com 4 pés, confeccionada em estruturas de aço carbono tubular SAE 1010/1020 com espessura de 25 mm ou superior, pintura epóxi aplicada eletrostaticamente. Sapatas em polipropileno. Partes metálicas que compõem a cadeira (todas) isentas de arestas cortantes. Garantia mínima de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: BrasGolden/Big Fixa.</p> <p>OBS.: É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior à medida de 0,75m.</p>	un.	45	4.200,00

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP-MS)

Data de assinatura: 06 de agosto de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****MUNDO NOVO****EDITAL ICP N.º 06.2018.00003084-2**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Mundo Novo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00003084-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos:

1. CEMPRE COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM,
2. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados ABAD,
3. Empresas representadas pela Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação ABIA,
4. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais ABINAM,
5. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação ABINPET,
6. Empresas representadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais ABIOVE,
7. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria do PET ABIPET,
8. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria do Plástico ABIPLAST,
9. Empresas representadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas ABIR,
10. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Proteína Animal ABPA,
11. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Bebidas ABRABE,
12. Empresas representadas pelo Instituto Socioambiental dos Plásticos - PLASTIVIDA-, ao SIRESP e ao COPLAST, aqui representadas pela PLASTIVIDA,
13. Empresas representadas pela Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais - ABENUTRI,
14. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares e de Escritório - ABFIAE,
15. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD,
16. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC,
17. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, BalaEs e Derivados - ABICAB,
18. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL,
19. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI,
20. Empresas representadas pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ,
21. Empresas representadas pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN,
22. Empresas representadas pelo Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES,
23. Empresas representadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas - ABIEA,
24. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis - ABIEF,
25. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Polímeros - ABPOL,
26. Empresas representadas pela Associação Brasileira de Descartáveis - ABRADE,
27. Empresas representadas pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis - ABRAFLEX,
28. Empresas representadas pela Associação Brasileira do Poliestireno Expandido - ABRAPEX,
29. Empresas representadas pela Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - AFREBRAS,
30. Empresas representadas pela Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC,
31. Empresas representadas pela Instituto do PVC,
32. COCA-COLA INDÚSTRIAS LTDA,

33. CARGILL ALIMENTOS LTDA,
34. AMBEV S.A.,
35. ATACADÃO S.A.,
36. BRASKEM S.A.,
37. PEPSICO DO BRASIL LTDA,
38. NESTLE BRASIL LTDA,
39. BUNGE ALIMENTOS S.A.,
40. KELLOG BRASIL LTDA,
41. Empresas representadas pelo Instituto Aço Brasil,
42. Empresas representadas pela Associação Brasileira do Alumínio ABAL,
43. Empresas representadas pelo Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja SINDICERV,
44. Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade ABRALATAS,
45. Empresas representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV,
46. Empresas representadas pela Indústria Brasileira de Árvores IBÁ,
47. Empresas representadas pela Associação Brasileira do Papelão Ondulado - ABPO,
48. Empresas representadas pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP,
49. SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.,
50. Supermercados sediados na cidade de Mundo Novo.

Assunto: apurar os danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens no Município de Mundo Novo/MS.

Mundo Novo/MS, 8 de novembro de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0001/2018/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2016.00001543-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2016.00001543-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS

Assunto: Apurar a contratação de servidores pela Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS sem a realização de Concurso Público para tanto.

Pedro Gomes/MS, 23 de janeiro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº0002/2018/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2016.00001590-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2016.00001590-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no pagamento e no recebimento irregular ou ilegal de diárias por parte de vereadores e servidores da Câmara de Vereadores de Pedro Gomes, nas legislaturas 2013/2016 e 2017/2020.

Pedro Gomes/MS, 08 de fevereiro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 0029/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001369-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001369-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar se estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Pedro Gomes as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito Aedes Aegypti, bem como se o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao Zika Vírus.

Pedro Gomes/MS, 30 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0030/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001398-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001398-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a deficiência do serviço de transporte escolar na zona rural do Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 14 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0031/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001400-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001400-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consubstanciada na violação dos Princípios da Administração Pública, pela prática de maus tratos e violação aos direitos humanos por parte de agentes públicos do Município de Pedro Gomes, no caso de W.A.S. e J.S.H.

Pedro Gomes/MS, 15 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0032/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001403-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001403-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar supostas irregularidades na distribuição de casas populares do Conjunto Habitacional "Amarra Cabelo", neste município.

Pedro Gomes/MS, 15 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0033/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001393-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001393-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual utilização indevida de maquinários doados no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 - pelo Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 18 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0034/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001386-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001386-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a suposta omissão do Município de Pedro Gomes em promover as medidas necessárias ao regular funcionamento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS desta cidade.

Pedro Gomes/MS, 18 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0036/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001405-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001405-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Violação aos Princípios Administrativos.

Pedro Gomes/MS, 10 de julho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0037/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2017.00002006-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2017.00002006-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Violação aos Princípios Administrativos.

Pedro Gomes/MS, 06 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0039/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002514-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00002514-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Sandoval Dias de Rezende

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais apontados no Auto de Infração nº. 20404 e Laudo de Constatação nº. 22737/IMASUL, em tese praticados por Sandoval Dias de Rezende, em razão de uma construção de alvenaria dentro de área de preservação permanente, sem a devida licença ou autorização ambiental.

Pedro Gomes/MS, 17 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0040/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001385-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001385-4.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a falta de medicamentos nas farmácias municipais e a contratação de compra de remédio inexistente na tabela do SUS, antigo IC n. 029/2015.

Pedro Gomes/MS, 17 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0041/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002564-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00002564-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar denúncias sobre promoção pessoal por parte da Prefeita Maura Teodoro Jajah e Câmara de Vereadores, posto que estes estariam se valendo da contratação do "Jornal Folha da Região Norte" no sentido de promoverem-se politicamente, ofendendo desta forma o princípio da impessoalidade, antigo IC n. 07/2011.

Pedro Gomes/MS, 17 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0042/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002587-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00002587-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Leonidas Teodoro Campos.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais pelo desmatamento de 7,89 ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente na propriedade rural denominada "Fazenda Tauá Parte", de propriedade de Leonidas Teodoro Campos.

Pedro Gomes/MS, 17 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0043/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002590-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00002590-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Jonatas Lopes de Souza.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais pelo desmatamento de 147,54 ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente na propriedade rural denominada “Fazenda Bell Ville”, de propriedade de Jonatas Lopes de Souza.

Pedro Gomes/MS, 17 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0044/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001402-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001402-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar supostas irregularidades no âmbito da área de saúde no Município de Pedro Gomes/MS, Antigo IC n. 16/2015.

Pedro Gomes/MS, 26 de outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0045/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000764-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00000764-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relacionadas à composição, tomada de decisões e ofensa à autonomia do Conselho Municipal de Saúde, bem como possíveis irregularidades na gestão dos recursos na área de saúde no Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 26 de outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0046/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000845-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00000845-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual direcionamento em Procedimento Licitatório (Pregão Presencial nº. 004 e 005/2018) em razão de limitação de concorrência e eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes.

Pedro Gomes/MS, 26 de outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0047/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002665-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002665-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar se a empresa que presta serviços funerários “Pax Media São Marcos” está descumprindo normas de proteção aos consumidores de Pedro Gomes, bem como apurar a natureza jurídica e regularidade legal do ato do Poder Público Municipal que concedeu, à referida empresa, delegação para a exploração de tais serviços.

Pedro Gomes/MS, 29 de outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0048/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003108-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00003108-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal sem autorização do Órgão ambiental competente, na propriedade de Paulo Sérgio Marcket de Lima, antigo IC 08/2013.

Pedro Gomes/MS, 31 de outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N° 0049/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001687-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001687-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Pedro Gomes

Assunto: Apurar o gasto a título de diárias em favor dos parlamentares municipais de Pedro Gomes, gestão 2017-2020, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Pedro Gomes/MS, 31 de outubro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL N° 0050/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001686-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001686-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Pedro Gomes.

Assunto: Apurar eventual enriquecimento ilícito por parte da assessoria jurídica do Município de Pedro Gomes em decorrência de judicialização indevida, bem como demais atos de improbidade administrativa decorrentes.

Pedro Gomes/MS, 01 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL N° 0051/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001395-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001395-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Luis Alberto dos Santos e Maria Helena Rodrigues Feitosa.

Assunto: Inquérito Civil n. 23/2014 – Apurar eventual ilegalidade dos valores pagos simultaneamente pelo Estado de Mato Grosso do Sul e pelo Município de Pedro Gomes aos servidores Luis Alberto dos Santos e Maria Helena Rodrigues Feitosa.

Pedro Gomes/MS, 05 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0052/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001407-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001407-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Pedro Gomes.

Assunto: Inquérito Civil n. 057/2011 – Apurar eventuais irregularidades na perfuração de poços artesianos, que deveriam ser feitos no Km 02, na estrada do Alto da Serra, para atender diversas famílias do município.

Pedro Gomes/MS, 05 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0053/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2017.00002382-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002382-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Pedro Gomes e empresa "Nexstreet"

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa consistente em contratação irregular de empresa de engenharia elétrica para executar serviços na rede de iluminação pública na área urbana e rural do Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 05 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0054/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000469-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000469-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Saner Paulo de Oliveira Farias.

Assunto: Inquérito Civil n. 006/2011 – Apurar denúncias sobre o uso indevido de aparelhos celulares fornecidos pela Câmara Municipal de Pedro Gomes aos respectivos vereadores e demais servidores do município.

Pedro Gomes/MS, 05 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0055/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001383-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001383-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Inquérito Civil n. 28/2015 – apurar o suposto preenchimento de vagas nas Escolas Estaduais localizadas no Município de Pedro Gomes, por profissionais não habilitados.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0056/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001397-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001397-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Pedro Gomes/MS.

Assunto: Inquérito Civil n. 24/2014 – Apurar suposta inoperância do controle interno no Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0057/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001401-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001401-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Pedro Gomes e Câmara de Vereadores (Presidência).

Assunto: Inquérito Civil n. 07/2013 – Apurar a legalidade de eventual doação de lotes indicados no Projeto de Lei n. 033/2013, nos Bairros Santo Antonio e Galdina Dias Pedroso, no Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0059/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002751-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002751-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Pedro Gomes e Secretaria Municipal de Saúde.

Assunto: Inquérito Civil n. 006/2012 – Apurar o cometimento de eventuais irregularidades nas licitações e contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde para a aquisição de medicamentos pelo Fundo Municipal de Saúde.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0060/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002925-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002925-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Paulo César de Oliveira Lima – proprietário da Fazenda Sol Nascente.

Assunto: Apurar possível dano ambiental no imóvel denominado Fazenda Sol Nascente, situado no Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0061/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002926-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002926-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Edvar Azanha – proprietário da Fazenda Água Boa.

Assunto: Apurar possível dano ambiental no imóvel denominado Fazenda Água Boa, situado no Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0062/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002927-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002927-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Oscar Oswaldo Kaefer (espólio).

Assunto: Apurar possível dano ambiental no imóvel denominado Fazenda Kaefer, situado no Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0063/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002928-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002928-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Paulo Sérgio Silva Medeiros – proprietário da Estância Berenice

Assunto: Apurar possível dano ambiental no imóvel denominado Estância Berenice, situado no Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0064/2018/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002932-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002932-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jonatas Lopes de Souza – proprietário da Fazenda Bell Ville.

Assunto: Apurar possível dano ambiental no imóvel denominado Fazenda Bell Ville, situado no Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 06 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado